

1985: Sesquicentenário e Escravidão Negra: Uma Revisão Historiográfica

*Graziela E.L. dos Santos**

A Revolução Farroupilha certamente foi um dos acontecimentos que recebeu maior destaque da historiografia rio-grandense, quer exaltando os principais líderes do movimento como verdadeiros símbolos do heroísmo gaúcho, quer louvando a capacidade de enfrentamento dos rebeldes contra o governo central, por tão prolongado tempo.

Vários foram os enfoques abordados pela historiografia tradicional, desde o simples relato dos fatos até diversas interpretações sobre o ideário farroupilha. Entretanto, uma constante da historiografia sulina é elevar ao mais alto grau os feitos dos rebeldes, ressaltando o aspecto igualitário do movimento e classificando os rebeldes como representantes dos interesses de toda a sociedade sulina. Enfim, o movimento farroupilha teria sido uma grande epopéia no sul do país.

Neste contexto, a historiografia tradicional aclamava também como ideário farroupilha o sentimento abolicionista, tendo como argumento comprobatório desta hipótese o parágrafo IV, da Paz de Ponche Verde: "São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram a revolução". Segundo a historiografia tradicional, esta lei cumpria as promessas de guerra, em que os rebeldes comprometiam-se a libertar os cativos que serviram a causa revolucionária. Esta lei também demonstraria o caráter igualitário do movimento.

Atualmente, porém, podemos perceber a evolução e a transformação do pensamento historiográfico. Estudos foram publicados repensando aspectos da Revolução Farroupilha, entre eles, a questão do

* Bacharel e licenciada em História pela PUCRS.

abolicionismo farroupilha e o caráter igualitário do movimento rebelde. Neste trabalho, abordaremos apenas determinadas obras publicadas no ano do sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Escolhemos esta delimitação cronológica por considerarmos que 1985 propiciou o incentivo a publicações sintetizadoras das novas abordagens sobre o tema.

Resgatando aspecto até então não valorizados do movimento farroupilha, encontramos as obras de: Sandra Pesavento, *A Revolução Farroupilha* (1985); Moacyr Flores, *A Revolução Farroupilha* (1985); e mais especificamente, os artigos de Margaret Bakos, “A escravidão Negra e os Farroupilhas” (1985) e de Spencer Leitman, “Negros Farrapos: Hipocrisia Racial no Sul do Brasil no Século XIX” (1985).

Embora estas obras não esgotem as publicações sobre o tema no período, exemplificam com clareza novos rumos da historiografia farroupilha frente à questão do escravo negro no movimento rebelde.

Objetivamos com este trabalho analisar e sintetizar as hipóteses destes autores sobre o tema em questão.

Ao iniciar seu estudo sobre a Revolução Farroupilha, Sandra Pesavento faz uma revisão das idéias da historiografia tradicional à respeito do tema. A autora afirma que esta tendência “idealista” da historiografia regional teve raízes no prolongamento do movimento e no fato dos rebeldes não terem sido derrotados em campo de batalha.

Segundo a autora, esta visão positivista-idealista elaborada por historiadores do início do século teve uma função bastante precisa: “legitimar e dar coesão ao sistema de dominação vigente e à hegemonia do grupo agropecuarista na sociedade civil”. Desta forma, idealizando o seu passado, os grupos dominantes buscavam fatos que os exaltassem para justificar seu predomínio na sociedade.

Buscando delinear o movimento rebelde dentro do enfoque das lutas de classes, Sandra Pesavento analisa a sociedade gaúcha da primeira metade do século XIX. A autora procura resgatar a imagem da historiografia tradicional a respeito das relações sociais no Rio Grande do Sul do início do século passado. Segundo a autora, a historiografia tradicional caracteriza a sociedade rio-grandense dentro de dois aspectos principais: democracia e igualitarismo. Dentro desta perspectiva, “no Rio Grande do Sul o negro gozava de um tratamento abrandado, os senhores trabalhavam tanto quanto seus escravos e peões e na sociedade rio-gran-

dense não havia hierarquias ou privilégios, ocorrendo camaradagens e hábitos fraternais entre potentados e humildes”.

Esta argumentação baseava-se fundamentalmente na “rusticidade” e “frugalidade” dos senhores de terra gaúchos e idealizava a sociedade sulina harmônica, onde inexistiam conflitos sociais, era a democracia dos pampas.

De acordo com a historiografia tradicional, a dominação dos senhores sobre seus escravos seria algo “inato”, natural. Em resumo, não há conflitos. Quem domina é porque é naturalmente superior e o dominado naturalmente inferior. Segundo a autora, estas características da sociedade sulina apregoada pela historiografia tradicional não são suficientes para construção de uma sociedade sem conflitos sociais. Esta rusticidade de classe senhorial é explicada através do carácter subsidiário da economia sulina, onde o grau de acumulação era menor do que em outras regiões brasileiras. Entretanto, este grau menor de acumulação não implicava na inexistência de conflitos sociais, pois não invalidava o carácter de dominação da classe senhorial frente aos escravos, nem tão pouco eliminava as práticas de violência e arbitrariedade existentes nestas relações sociais. Assim, a autora desmistifica a idéia de igualitarismo divulgada pela historiografia tradicional.

De acordo com Sandra Pesavento, esta idealização do carácter igualitário do movimento rebelde também desaparece quando estudadas as idéias liberais norteadoras do movimento, principalmente as idéias de Rousseau, referentes a liberdade e aos direitos individuais do cidadão. Desta forma, como salienta a autora: “O governo liberal almejado pelos rebeldes era aquele que fundamentado na divisão de poderes e firmado sobre lei, garantisse a soberania dos povos, assim como a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos. Ora, na acepção local, a referência a liberdades individuais ou ao povo dirigia-se exclusivamente à camada de homens livres e proprietários, únicos detentores de direitos políticos.”

Através da análise da sociedade gaúcha e das idéias liberais dos farroupilhas a autora pode concluir sobre o carácter elitista do movimento, pois: “Na sua experiência governamental, os farrapos tanto ratificaram o regime censitário do voto, quanto legitimaram a escravidão.”

Segundo a autora, o fato dos farroupilhas terem alforriados escravos no decorrer do movimento não pode ser compreendido como de

caráter abolicionista, mas sim frente às necessidades de luta onde era necessário libertar o escravo para poder armá-lo.

Ao concluir seu trabalho, Sandra Pesavento reafirma que a visão idealista e glorificadora da Revolução Farroupilha, no início do século XIX, serviu para legitimar o poder de um grupo na sociedade e sacralizar o seu mando através de um passado glorificador. Porém, no momento de comemoração do Sesquicentenário da Revolução, devemos revisar aspectos do movimento de forma crítica, resgatando o acontecimento e seus participantes dentro das condições históricas objetivas de sua época.

Moacyr Flores, em seu livro *Revolução Farroupilha*, também procura resgatar aspectos não estudados do movimento. Através de um enfoque onde é privilegiado o aspecto político do movimento, seguindo a tendência de seu trabalho anterior, *Modelo Político dos Farrapos*, o autor estabelece uma análise das idéias norteadoras do movimento farroupilha.

Desmistificando a visão de “epopéia” traçada pela historiografia tradicional, o autor utiliza como argumentação a análise da estrutura da sociedade gaúcha, bem como o relato da evolução do movimento rebelde. Tais análises são importantes para o questionamento do caráter igualitário e abolicionista do movimento.

Analisando a estrutura da sociedade gaúcha no período revolucionário, o autor estabeleceu, como base da pirâmide social sulina do período, os escravos, pois estes representavam a maioria da mão-de-obra, exceto nas zonas coloniais e em atividades exercidas pelos profissionais liberais ou estrangeiros. O autor classifica os escravos como: domésticos, de ganho, de lavoura e campeiro, salientando que o pior lugar de trabalho era a charqueada, onde havia jornada de trabalho a cumprir.

Através deste estudo, torna-se evidente a importância do escravo para a economia gaúcha. Seria, então, um colapso para a economia regional a extinção da escravidão.

Analisando a Paz de Ponche Verde, Moacyr Flores afirma que a prática de libertar os cativos que lutavam em batalhas era um costume do Império do Brasil, que libertava os cativos que substituíssem o branco, nada mais justo que estender esse costume aos cativos republicanos. Portanto, tal lei não pode ser entendida como fruto do caráter abolicionista dos rebeldes que teriam pressionado o governo central a libertar os cativos em troca da paz.

Ao relatar a evolução da guerra, Moacyr Flores salienta que: "A fim de precipitar a paz e de evitar qualquer aliança com Rosas, Francisco de Abreu, seguindo instrupões de Caxias e contando com a conivência de Canabarro, atacou o acampamento da infantaria republicana, a 14.11.44, em Porongos, composta unicamente por negros. Canabarro ordenou que os negros fossem desarmados na noite anterior, com desculpa que eles poderiam se revoltar. Caxias instruiu Abreu para poupar índios e brancos porque seriam úteis mais tarde. Assassinararam toda a infantaria negra republicana". Ratificando o caráter elitista do movimento, o autor adverte que os farroupilhas, a exemplo dos imperiais, formavam acampamentos militares separados para brancos, índios e negros.

Por se tratar de uma obra sintética, o estudo carece de conclusões específicas, porém revela claramente os novos rumos da historiografia regional, que busca eliminar o caráter positivista e idealista do movimento revolucionário.

Tanto as obras de Sandra Pesavento, quanto de Moacyr Flores, fazem uma análise abrangente da Revolução Farroupilha, analisando entre seus diversos aspectos a questão do igualitarismo e do abolicionismo. Já os trabalhos de Spencer Leitman e de Margaret Bakos são artigos específicos sobre a questão do escravo negro no movimento rebelde.

O artigo de Spencer Leitman explicita sua abordagem do tema através do próprio título o trabalho: "Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX"

O autor demonstra através da análise da evolução da guerra que: "Enquanto a iniciativa estava com os rebeldes, estes foram relutantes em utilizar escravos em suas fileiras. Cientes dos problemas de segurança interna e da intocabilidade da propriedade privada, as lideranças dos farrapos demonstravam temor em armar e treinar combatentes afro-brasileiros. Contudo a medida que o conflito se prolongava a recentemente criada república do Rio Grade do Sul tornou-se ansiosa por homens que pudessem ser contados como brancos. Ao final da guerra os escravos constituíam a espinha dorsal das forças rebeldes."

Spencer Leitman salienta que a Paz de Ponche Verde é comumente analisada pela historiografia tradicional como prova do reconhecimento dos farrapos aos escravos que lutaram ao seu lado, seria uma reafirmação do espírito igualitário dos rebeldes, fruto da democracia racial gaúcha. Entretanto, a experiência dos escravos então libertados, demonstra a

inveracidade destas afirmações. Analisando a postura dos líderes farrapos frente a questão do soldado escravo durante a guerra e no desenrolar da Paz do Ponche Verde, Spencer Leitman afirma que, ao contrário, esta lei “foi antes uma traição aos negros farrapos, assinada por temor, incerteza e desejo de preservar e perpetuar o poder branco”.

No início da guerra, os líderes farrapos não tiveram dificuldades em se apoderar das reservas sócio-econômicas da Província e, com a fuga do Presidente da Província para o Rio de Janeiro, os rebeldes julgaram desnecessário armar seus escravos neste momento. Entretanto, após a derrota da Batalha do Fanfa, o grupo farrapo vai ser forçado a estabelecer uma política militar para recrutamento de escravos formando-se o Corpo dos Lanceiros Negros. Assim, Leitman salienta que: “Quando a guerra terminou, os farrapos tinham duas divisões de negros em suas fileiras, uma de infantaria e outra de cavalaria, totalizando mil homens. De acordo com os cálculos do exército imperial, os negros compunham de um terço à metade do exército rebelde.”

À medida que a guerra avançava, tornava-se cada vez mais importante a presença dos escravos negros nas batalhas. Tal fato era percebido não somente pelos farrapos, mas também pelos imperiais. As duas forças passaram então a disputar a arregimentação destes escravos. Spencer Leitman relata que: “De mãos vazias e frustrado, o governo imperial inicialmente tentou um movimento sutil em direção aos escravos rebeldes armados, esperando reduzir as forças do inimigo, ou pelo menos, colocar uma cunha entre esses e seus líderes brancos.” A proposta seria dar alforria aos negros farrapos que desertassem e se apresentassem às tropas imperiais.

A resposta dos farrapos foi taxativa: os rebeldes ofereciam anistia, apelavam para o sentimento de camaradagem e liberdade, mas também advertiam que o escravo negro que fosse capturado ao desertar seria novamente conduzido a escravidão, uma vez que estes haviam recebido a liberdade com a condição de servirem como soldados.

Ao se encaminhar para o final do conflito, a questão do escravo negro tornava-se cada vez mais preocupante para os imperiais e para os farrapos. Os rebeldes desejavam uma paz honrosa com algumas concessões e a liberdade para os escravos que serviram à Revolução. O Império queria solucionar o mais rápido possível o conflito, entretanto, não poderia violar o princípio da propriedade privada. Ambos concor-

davam que os escravos farrapos deveriam ser libertados, desde que pudessem ser controlados de alguma forma, como no exército. A questão tornou-se delicada, como adverte Leitman: "Os farrapos estavam longe de serem revolucionários sociais; no máximo eram homens de seu tempo, incapazes de erguer-se acima das atitudes sociais tradicionais. [...] Os farrapos temiam politizar os negros, que se retornassem à escravatura, representariam um perigo ao poder da classe dominante branca. A concessão da liberdade era, portanto, uma questão que requeria muita delicadeza."

Leitman reforça a tese da traição de porongos, também exposta por Moacyr Flores, onde, em união com Canabarro, Caxias teria destruído o acampamento negro de Porongos, dando instruções para poupar índios e brancos. O autor chama a atenção que "A Surpresa de Porongos" abriu caminho para a Paz de Ponche Verde, firmada meses após.

Após a "Surpresa de Porongos" e a Paz de Ponche Verde, ainda era vago o destino dos negros farrapos. Era certo que os negros farrapos deveriam ser transportados para outras províncias. Segundo Spencer Leitman, "provavelmente tornaram-se escravos de nação, talvez trabalhando num arsenal do Rio de Janeiro".

Concluindo, Leitman afirma que: "Durante um breve período, 1836-1845, os negros farrapos haviam desfrutado de mobilidade coletiva dentro de uma ordem social paternalista enfraquecida. A prova disso é evidenciada no desejo dos governos farrapos e imperial em destruí-los."

Seguindo a mesma abordagem de trabalhos anteriores ("Escravidão e Abolição", de 1982 e "La esclavitud negra en el período farroupilha riograndense", de 1983), Margaret Bakos resgata, em "A escravidão negra e os farroupilhas", a questão do escravo negro no movimento rebelde. Em seu estudo, Margaret Bakos analisa a importância do escravo negro na formação histórica sulina, a sua participação no exército farroupilha e o parágrafo IV da Paz de Ponche Verde.

Resgatando a temática, Margaret Bakos questiona a historiografia tradicional que, através da Paz de Ponche Verde, atribui aos farrapos o ideal abolicionista. A autora interroga se "tal asserção é prova suficiente para que se considere a concepção verdadeira".

Margaret Bakos salienta que: "[...] a análise do posicionamento dos farrapos frente à escravidão negra requer principalmente o estudo da realidade concreta e da dinâmica social que influiu na posição do escravo negro na sociedade gaúcha."

Margaret Bakos investiga até que ponto os farroupilhas mantiveram uma postura anti-escravista quando não estava em jogo a arregimentação de homens para manobras militares.

A autora esclarece que se torna importante referir a evolução histórica do escravismo no Rio Grande do Sul, pois tal referência auxilia na explicitação do pensamento dos farroupilhas e seus contemporâneos, bem como ajuda a formar a realidade histórica do período. Para tanto, a autora utiliza como fontes os relatórios dos presidentes de província, a documentação sobre as prisões gaúchas, nela “a especificação dos crimes, onde se salienta a frequência das fugas e sedições é um dado que auxilia a explicar a severidade dos castigos [...] e o rigorismo das posturas municipais que buscavam cercear os movimentos da escravaria local,”; e a legislação do século XIX, através dos Códigos de Posturas, onde se “revela o medo latente na sociedade dos brancos sobre as manifestações de revolta dos escravos negros contra as coerções que sofrem [...]”. Realmente tais fatos são explicitados nas proibições aos escravos negros contidas nas posturas municipais e nas nomeações de capitães-domato.

Segundo Margaret Bakos, o contingente respeitável de escravos negros inseridos nas diversas atividades econômicas da província, no século XIX, serve para confirmar que baseados nesta realidade os “senhores não desejavam libertá-los, porque significavam trabalho, capital, prestígio social e poder político”.

Baseada nesta realidade histórica concreta, Margaret Bakos questiona: “Como esperar então que os farroupilhas, com a formação plasmada pelos valores vigentes e, portanto, considerando o escravo negro como mercadoria e como elemento potencialmente perturbador da ordem pudessem defender a abolição da escravatura?”

A exemplo de Spencer Leitman, Margaret Bakos analisa a participação dos escravos negros nas batalhas farroupilhas, revisando o problema que tal fato trazia para o relacionamento de rebeldes com o Império, bem como as promessas que ambos faziam na tentativa de cooptar os escravos negros, demonstrando a importância destes no conflito.

A autora chama atenção que, revisando tais aspectos, percebe-se a coerência entre a atitude dos farroupilhas diante do escravo negro-soldado e o contexto histórico. Entretanto: “A dúvida persiste sobre o

tratamento do escravo negro, sob governo republicano, quando em atividades não militares.” Segundo Margaret Bakos, a imprensa farroupilha é uma das fontes que melhor demonstra a questão. Através de anúncios de aluguel, venda e fuga de escravos negros publicados em *O Mensageiro* e *O Povo*, revela-se caráter de mercadoria sujeita a negociações de toda ordem atribuída ao escravo negro.

O projeto de constituição da República dos Farroupilhas também explicita esta questão: “Considerava-se cidadão no projeto apenas os homens livres, não sendo mencionados os libertos e escravos.”

O posicionamento ambivalente dos líderes farroupilhas é demonstrado também através dos processos de inventários destes. Margaret Bakos cita, como exemplos, alguns inventários destes líderes, como o caso de Bento Gonçalves da Silva, que deixou 53 escravos; José Gomes de Vasconcelos Jardim, 47 escravos; Antonio Vicente da Fontoura, 19 escravos.

Concluindo, Margaret Bakos salienta que os farroupilhas não desejavam alterar a ordem social vigente baseada no escravismo. “Eles tinham interesse em manter as relações sociais nos contornos estabelecidos pela estratificação social escravocrata, pois como proprietários de peões, podiam admitir a extinção do tráfico negreiro, porém não a abolição da escravatura. “Margaret Bakos alerta para o fato de que com seu trabalho” não se buscou fazer dos farroupilhas nem heróis, nem vilões, porém mostrar o que foram: simples seres humanos que lutando com e por interesses específicos, portadores de ideologia coerente com a realidade social da época.”

Acreditamos ser esta a premissa básica para o entendimento dos novos rumos da historiografia regional diante da temática do escravo negro e o movimento farroupilha.

Analisando de forma crítica variáveis do movimento rebelde, os autores citados resgatam a sociedade sulina do século XIX, inserindo os líderes farroupilhas como representantes de uma classe social e portadores de interesses específicos, onde a mão-de-obra escrava era fundamental na sustentação da economia gaúcha, os autores concluem pelo caráter elitista e escravocrata do movimento farroupilha.

Agradeço a professora Margaret Bakos o incentivo para a realização deste trabalho.

Bibliografia

- BAKOS, Margaret. **RS:escravismo e abolição**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
- . A escravidão negra e os farroupilhas. In: DACANAL, J.H. (org.). **A revolução farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
 - . La esclavitud negra: en el periodo farroupilha rio-grandense. *América Meridional*. Montevideo/Buenos Aires, n. 1, 1983.
- FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1978.
- . **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.
 - . Os farroupilhas e a escravatura. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 set. 1971.
 - . **Historiografia – estudos**. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1989.
- GUTFREIND, Ieda. **Construção de uma identidade: a historiografia sul-rio-grandense de 1925-1975**. Tese de doutorado, USP, 1989.
- LEITMAN, Spencer. **Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX**. In: DACANAL, J.H. (org.). **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- PESAVENTO, Sandra. **A revolução Farroupilha**. São Paulo, Brasiliense, 1985.